



GT 003. A luta pelo espaço nos centros urbanos contemporâneos

Urpi Montoya Uriarte (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a, Cornelia Eckert (UFRGS) - (Coordenador/a), Cristina Patriota de Moura (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Luísa Maria Silva Dantas (PPGAS/UFRGS) - Debatedor/a, Ana Luíza Carvalho da Rocha (Universidade Feevale/RS) - Debatedor/a

Nos centros urbanos convivem uma grande quantidade de espaços vazios desocupados e pessoas morando nas ruas, prédios abandonados e cortiços superlotados, edifícios restaurados e ruínas urbanas, imóveis ocupados por refugiados de todos os tipos, territórios de legalidades e ilegalidades. Neste espaço de múltiplas contradições e conflitos se livram, na atualidade, de forma aberta ou difusa, uma luta violenta e desigual pelo espaço, protagonizada por racionalidades opostas e lógicas complexas, formas distintas de entender a ordem, de habitar e de circular, de rememorar, de usar ou contra-usar. Projetos de reabilitação, revitalização, gentrificação, empreendedorismo e ordenamento urbano intervêm no espaço público usado por milhares de pessoas para sobreviver e nos prédios habitados por aqueles outros tantos que mal conseguem sobreviver. O capital destrói, constrói ou reconstrói ali onde lhe é conveniente enquanto os habitantes e usuários do centro se refugiam em espaços opacos, nas dobras dos espaços abstratos, construindo e reconstruindo suas formas de habitar os lugares centrais. O objetivo deste grupo de trabalho é congregar os diversos tipos de abordagens etnográficas que revelem e discutam a complexidade e os antagonismos que se defrontam nos centros urbanos contemporâneos, a "guerra de lugares" que se processa nele e as formas de entender o que é o centro e como habitá-lo.

Cidade Contínua|Ocupada: Espaço Público, Intervenções Urbanas e Lógica Transcultural Digital em Territórios Descontínuos

Autoria: Dinah Tereza Papi de Guimaraens

Redes virtuais criam um universo digital real e produzem uma imagem estético-cultural no Rio de Janeiro ocupado, em 2017-2018, pelas forças militares da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O espaço participativo urbano, - definido pela atuação de uma nova classe média articulada por redes virtuais e pelo conhecimento conjunto de acadêmicos, artistas, hackers e ativistas -, estabelece uma linguagem de cidadania criada pelo multifacetado mundo dos bens comuns nos movimentos participativos de rua. Ocorre o estabelecimento de uma cadeia produtiva de produtos e eventos que indicam uma nova economia criativa da cultura carioca na Cidade Contínua|Ocupada. Busca esta investigação identificar visualmente, através de uma cartografia sensível (CARERI, 2013) com uma documentação gráfico-fotográfica, bem como analisar criticamente as marcas urbanas impressas no espaço público participativo brasileiro. Dentro de uma lógica transcultural (GUIMARAENS, 2016) relacionada às transformações ocorridas na junção de culturas distintas, se estende o alcance do saber acadêmico em arquitetura e urbanismo, ampliando a discussão para o campo da antropologia, da filosofia e das tecnologias digitais, de forma a encontrar soluções viáveis para o impasse de megacidades brasileiras e latino-americanas quanto à ocupação do espaço público. A qualidade de vida urbana carioca se encontra ameaçada pela onda de violência exacerbada ora vigente em favelas da zona sul e em comunidades de subúrbios e da zona oeste. A falência de um modelo neoliberal de poder público que entende a cultura somente como "commoditização" (BRANDT, 2003, p. 3) parece ser um dos responsáveis por tal violência, indicando uma dimensão de dominação e manipulação que se expressa na cidade contemporânea. Será que a superação de desigualdades estruturais da sociedade do capitalismo tardio (JAMESON, 2004) poderia, em contrapartida, conduzir à adoção da perspectiva dos desprivilegiados que



orienta os rumos de um urbanismo comprometido com ideais de justiça social e cidadania participativa? Ou será que uma Cidade Desigual se afirma cada vez mais, em meio à própria violência tantas vezes recrudescida pela tentativa frustrada do poder público em contê-la através de forças policiais e militares? Desde junho de 2013, eclodiram forças coletivas divulgadas pelas redes sociais indicando que, como sugeriu Lévy (1996), o espaço virtual é um espaço real. Algumas das questões fundamentais da pesquisa são: Como as redes virtuais criam um mundo digital real e produzem uma nova imagem política e estética no Brasil urbano contemporâneo? Como esta nova cidade participativa define um mercado de bens culturais virtuais entendido como fator primordial de desenvolvimento político-social?

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

